

Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro das Aranhas – Florianópolis-SC – Um Incentivo a Criação de um Cadastro Técnico Multifinalitário-CTM de Áreas Naturais

Profª Doutoranda Rosemy Nascimento ¹

Alcides Dutra ²

Jorge Genovêncio Freitas ³

Antonio Augusto S. Laurent ⁴

Ciro C. M. Couto ⁵

Eloisa Neves Mendonça ⁶

Prof. Dr. João de Deus Medeiros ⁷

Giselli Dutra ⁸

¹ Dep.de Geografia – UFPR / Larus Instituto

² Biólogo – Projeto Larus/UFSC e Larus Instituto

³ Biólogo – Projeto Larus/UFSC e Larus Instituto

⁴ Oceanógrafo – Larus Instituto/Costão do Santinho

⁵ Eng. Florestal – Larus Instituto/Costão do Santinho

⁶ Bióloga – ONG Pau-Campeche

⁷ Dep. de Biologia – UFSC

⁸ Acadêmica em Direito – UFSC/Larus Instituto

Conteúdo	<p>1 Introdução</p> <p>2 Criação e Plano de Utilização da RPPN Morro das Aranhas</p> <p>3 Parcerias - Iniciativa Privada,Universidades e ONGs Ambientalistas</p> <p>4 Relevância da RPPN do Morro das Aranhas</p> <p>5 Conclusão</p> <p>6 Bibliografias</p>
-----------------	---

Resumo: Este artigo visa apresentar a criação e plano de utilização da 1ª primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN do Município de Florianópolis, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro das Aranhas. Esta área pertence a uma unidade hoteleira internacional; Resort Costão do Santinho, o qual destinou parte de sua propriedade particular para se tornar uma área ambientalmente protegida e reconhecida pelo poder público, para que se desenvolva atividades de pesquisa e educação ambiental com as escolas, comunidades e turistas. A criação dessa reserva teve como critério a significativa importância da biodiversidade para a região, a manutenção de uma das paisagens mais relevantes da ilha; que é a floresta atlântica com ambientes de duna, a necessidade de preservar e conservar espécies da fauna e flora ameaçada de extinção e principalmente garantir a qualidade de água potável para a região. O plano de utilização da RPPN está sob responsabilidade do Larus Instituto de Pesquisa, Proteção e Educação Ambiental; Projeto Larus da UFSC e Departamento de Geografia da UFPR. O prenuncio dessas atividades, mostra a imediata necessidade de um cadastramento de áreas naturais, a fim de possibilitar a criação de áreas estratégicas de preservação ou conservação ambiental, principalmente no que concerne a recursos hídricos.

Abstract: This abstract aim to present the creation and management of the 1st "Reserva Particular do Patrimônio Natural" -RPPN of Florianópolis, the Morro das Aranhas natural particular patrimonial reserve. This area belongs to an international hotel unit: Costão do Santinho Resort, that destined a great part of its particular propriety to turn it ambientally protected and recognized by the government, to develop in it search and ambiental education with schools, community and tourists. The creation of this reserve had as a critery the significative importance of the biodiversity for the region, the maintenance of one of the most outstanding island's landscape, that is the Atlantic Forest with sand-hills, the necessity of preserve and conserve species of fauna and flora menaced of extinction and principally, warrant the quality of potable water for the region. The RPPN management is under responsibility of Larus Institute of ambiental search, protection and education; Projeto Larus, of UFSC; and Geography Department of UFPR. The foretelling of these activities shows the immediate need of a natural areas cadastrament, in order to make possible the creation of strategical areas of ambiental preservation or maintenance, principally in what concerns to hydric resources.

1 Introdução

Em 30 de janeiro de 1990, foi aprovado o Decreto Federal 98.914, criando as RPPNs – Reserva Particular do Patrimônio Natural. (atualizado pelo decreto 1.922 em 5 de junho de 1996).

Segundo WIEDMANN (1997), RPPN é uma área protegida de domínio privado, reconhecida e criada pelo poder público federal, que pode ser o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ou estadual, através dos órgãos estaduais de meio ambiente. Essa áreas devem possuir amostras dos ecossistemas brasileiros, e serem consideradas relevantes para preservação e conservação da biodiversidade. As RPPNs poderão ser utilizadas para desenvolvimentos de pesquisas

científicas, educação ambiental e ecoturismo, de forma que não venham prejudicar a integridade dos recursos naturais ali existentes.

As RPPNs somente são criadas quando seus proprietários as definem por livre e espontânea vontade, mas o procedimento de criação da reserva elegerá áreas contíguas e que funcionem como corredores ecológicos zonas tampão. Após a vistoria técnica e aprovação publicada em Diário Oficial, o proprietário deverá averbar em cartório.

Estando criada a RPPN, o proprietário terá algumas obrigações, como fazer o plano de manejo e zoneamento da área, assim como zelar pela integridade da reserva através de placas indicativas, proibir caça, pesca, apanha e captura de animais, desmatamento, queimadas e outras ações predatórias na reserva. Periodicamente, o proprietário deverá apresentar um relatório das atividades desenvolvidas ao IBAMA, podendo ser confeccionado em parceria com o próprio IBAMA, órgãos estaduais e ONGs.

No Brasil, até 1998 tínhamos 199 RPPNs, mas atualmente já devemos ter alcançado um número maior. Como exemplo, temos a Reserva Novo Destino-AM (Floresta Amazônica), Reserva Ecológica Maurício Dantas-PE (Caatinga), Reserva Santuário Vagafogo-GO (Cerrado), Estância Ecológica SESC Pantanal-MT (Pantanal) e Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro das Aranhas-SC (Floresta Atlântica).

2 Criação e Plano de Utilização da RPPN Morro das Aranhas

Em 12/05/99 foi publicada em Diário Oficial da União a portaria do IBAMA No. 43-N de 11/05/99, criando a RPPN do Morro das Aranhas, de propriedade de Santinho Empreendimentos Turísticos S.A.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro das Aranhas localiza-se ao norte da Ilha de Santa Catarina, possui uma área de aproximadamente 45 ha, constituída de diversos ambientes como Floresta Atlântica, restinga, dunas móveis e fixas, costões, praias e lagoa de água potável de singular beleza e sítios arqueológicos que datam de milhares de anos.

A necessidade de conservar este sistema é imperiosa, uma vez que se encontra numa região de grande pressão antrópica, mas ainda conservando atributos naturais não muito alterados, com fauna e flora representativas da Ilha de Santa Catarina. Da mesma forma, a conservação é também estratégica para a manutenção da água da comunidade residente na região, já que as residências e o comércio utilizam a água captada através de ponteiras. As dunas e a restinga da área da reserva tem importante função no reabastecimento hídrico do lençol freático ou como área de recarga para toda a população e seres vivos da região. Há a necessidade de elaborar um correto plano de utilização, para que a área possa ser utilizada com fins educativos sem ameaçar sua integridade.

No plano de utilização, serão realizadas algumas etapas, mas a mais importante que definimos é um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) da RPPN Morro das Aranhas, contemplando algumas informações para a gestão da reserva, além de outras medidas subsidiando a implantação futura de um Centro de Interpretação Ambiental para atividades de Educação Ambiental. Serão recuperadas as áreas desmatadas através de um processo de recuperação da flora nativa. E a valorização dos sítios arqueológicos deverá ser incrementada, através da ampliação do Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho, já existente no local.

3 Parcerias - Iniciativa Privada, Universidades e ONGs Ambientalistas

Como os proprietários podem solicitar auxílio a instituições ambientalistas, o Larus Instituto- Pesquisa, Proteção e Educação Ambiental foi convidado a desenvolver o Plano de utilização da reserva.

O local é bastante representativo quanto aos diversos ecossistemas presentes na Ilha de Santa Catarina, além de ser um laboratório vivo à disposição de professores e alunos de todos os níveis, exigindo assim uma equipe de pesquisadores multidisciplinar e disposta. Sendo assim, o Larus Instituto convidou alguns pesquisadores e técnicos do Projeto Larus da Universidade Federal de Santa Catarina, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná e da ONG Pau Campeche, para desenvolverem o plano de utilização da reserva, visando a conservação da área associada a atividades de pesquisa, proteção e Educação Ambiental.

As atribuições são desenvolvidas conforme as competências de cada membro no processo do plano de utilização. A empresa disponibiliza espaço físico e mão-de-obra para algumas etapas, as universidades disponibiliza pesquisadores, a ONG Pau Campeche viabiliza técnicos e o Larus viabiliza pesquisadores, técnicos, instrumental e recursos.

4 Relevância da RPPN do Morro das Aranhas

A área abrangida pela RPPN do Morro das Aranhas pode ser considerada como fundamental no processo de recuperação de áreas alteradas pela interferência humana no norte da Ilha de Santa Catarina. Sua localização, contígua ao Parque Estadual Florestal do Rio Vermelho com 1.400Ha, a torna estratégica, como banco genético para a futura restauração das condições originais daquele parque, significativamente modificado com a introdução de *Pinus elliottii*. A introdução desta espécie exótica na área do Parque, ocasionou a supressão quase que total da vegetação original da restinga, gerando conseqüentemente mudanças drásticas também na composição da fauna de toda a região.

A intenção do órgão estadual responsável pela administração do Parque, em gradativamente substituir os *Pinus* na tentativa de retornar a área à condição primitiva, torna a RPPN do Morro das Aranhas de fundamental importância no processo, já que é o único local em toda a região onde as condições primitivas ainda permanecem pouco alteradas.

Apesar da aparente boa condição ambiental em que a área da RPPN se encontra, alguns problemas graves foram detectados e que podem comprometer todo o sistema até agora existente. A forte erosão existente numa antiga trilha unindo as praias do Santinho e Moçambique, vem ocasionando o rápido assoreamento da "Lagoa das Lavadeiras", maior manancial de água doce de toda a área do Morro das Aranhas e praticamente única fonte de água para a fauna silvestre do entorno da Reserva. A localização da lagoa no ponto mais baixo do terreno vizinho à trilha, faz com que todo o material erosionado das encostas da trilha a cada chuva, vá parar em seu interior, reduzindo drasticamente sua área ano após ano, conforme testemunho de diversos moradores antigos da região.

Em anos recentes este problema foi agravado com o trânsito pesado nas trilhas de motocicletas, quadriciclos e cavalos. O Larus Instituto já tomou as primeiras providências ao colocar placas de advertência, comunicados dirigidos aos haras e agências de turismo da região, bem como solicitou a intervenção da Polícia Militar Ambiental quando necessário, já que estas atividades são consideradas ilegais em área de restinga e de preservação permanente na Ilha de Santa Catarina. Outras providências serão tomadas com a recuperação da trilha e da "Lagoa das Lavadeiras", fixando as encostas e detendo o processo de assoreamento.

A captura de animais silvestres e a retirada de plantas do local principalmente pela população nativa que vive na região, deverão ser definitivamente erradicados a partir das atividades de Educação Ambiental e a fiscalização efetiva da área da Reserva pelo Instituto Larus. A recuperação das áreas desmatadas será feita com espécies nativas presentes..

Apesar da área ocupada pela RPPN do Morro das Aranhas ser já a algum tempo considerada como APP (Área de Preservação Permanente), possuir ambientes diversificados e significativos devidamente protegidos por lei, pouco foi feito até o momento utilizando a área para a conscientização da população e a Educação Ambiental propriamente dita. Até agora este local tem tido um uso limitado sob este aspecto, sendo que as poucas iniciativas de cunho ecológico tem partido do Resort Costão do Santinho através da promoção de caminhadas ecológicas com explanação ambiental para hóspedes e escolas da região. Estão sendo utilizadas cinco trilhas no interior da RPPN, sendo estas antigas caminhos utilizados pela população nativa há várias décadas. Algumas foram abandonadas, sendo que a vegetação nativa se regenerou naturalmente. Outros locais foram antigas lavouras igualmente abandonadas, que também se encontram em processo de regeneração.

Com a criação da RPPN do Morro das Aranhas, a implantação próxima de um Centro de Interpretação Ambiental e através da recuperação ambiental, o Instituto Larus e demais parceiros passa a proteger efetivamente a área e banir definitivamente problemas como:

1. Captura de animais silvestres e retirada de plantas do local;
2. uso indevido e erosão de trilhas em locais inadequados;
3. uso de trilhas em áreas frágeis ou primitivas;
4. lixo no local

5 Conclusão

Na área da Reserva do Morro das Aranhas, são comuns os encontros com bandos de gralhas azuis, aracuãs e outras aves. No mar que cerca a reserva estão peixes tropicais em limite de distribuição geográfica e também costões, onde ocorrem importantes bancos de mexilhões, que são a base do genoma para o cultivo do mexilhão *Perna perna* nas comunidades vizinhas. Alguns indivíduos chegam a alcançar 13 cm de envergadura da casca, o que representa o máximo de crescimento desta espécie de molusco.

A floresta é rica em epífitas de importância econômica, como orquídeas e bromélias, que vem sendo espoliadas à décadas

Pretende-se com esse trabalho mostrar que com um banco de dados como CTM e um plano de utilização da reserva pode-se obter um novo estilo de desenvolvimento, no qual crescimento econômico está associado a conservação da natureza; assim como proteção efetiva de aproximadamente 45 ha de Floresta Atlântica e restinga, com praias, costões e dunas fixas e móveis; levantamento e identificação da flora da Reserva permitindo a recuperação das áreas perturbadas em cerca de 25 Ha utilizando espécies nativas existentes na região; aproveitamento e interpretação ambiental de cerca de 3.000 metros de trilhas já existentes no local para atividades educativas; recuperação e detenção de erosão de cerca de 700 metros de trilha, unindo as praias do Santinho e Moçambique e educação ambiental para alunos das escolas públicas e particulares, comunidade e turistas.

Fazer o cadastramento desta área é reconhecer a riqueza natural existente num único ponto do mapa do Brasil, encontrando Floresta Atlântica, dunas de areia branca, costões rochosos, oficinas líticas, ilhas costeiras, lagoas de água doce e uma laguna.

Com a proteção e um correto plano de utilização desta área, será possível o seu uso para fins científicos e educativos, além de possibilitar a continuidade da água para as comunidades do entorno

6 Bibliografias

BRASIL, Decreto no. 1922, de 5 de junho de 1996. Brasília, 1996.

BUDOWSKI, A. 1965. *The distribution of tropical american rain forest species in the light of successional progresses*. *Turrialba* 15:40-42.

CARPANEZZI, A. A.; COSTA, L.G.; KAGEYAMA, P.Y. & CASTRO, C.F.A.1990. Função Múltiplas das Florestas: Conservação e Recuperação do Meio Ambiente. In: 60. Congresso Florestal Brasileiro. *Anais*. Campos do Jordão (SP). p. 216-217.

CARUSO, Mariléa M.L. 1990. *O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos Dias Atuais*. 2ª.ed. Editora da UFSC. Florianópolis (SC).

CARVALHO, Paulo Ernani R. 1994. *Espécies Florestais Brasileiras. Recomendações Silviculturais, Potencialidades e Uso da Madeira*. EMBRAPA-CNPQ. Brasília (DF).

CAUBERT, C.G., FRANK, B. Manejo Ambiental em Bacia Hidrográfica. O Caso do Rio Benedito. Projeto Itajai I. Florianópolis.1993.

CECCA. O Futuro da Cidade. Centro de Estudos, Cultura e Cidadania. Florianópolis, SC. 1996.

CECCA. Uma Cidade numa Ilha. Centro de Estudos, Cultura e Cidadania. Florianópolis, SC.1996.

CIMARDI, A.V. Mamíferos de Santa Catarina. FATMA. Florianópolis. 1996.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Legislação Básica do CONAMA. Brasília: SEMA, 1988b.45 p.

COPESUL. Guia Ilustrado de Fauna e Flora. Porto Alegre: COPESUL - FZB. 2 ed., 1999.

DAJOZ, R. Ecologia Geral. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 474 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.1992. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Fundação IBGE. Rio de Janeiro (RJ).

KAGEYAMA, P.; SANTARELLI, E.; GANDARA, F.B.; GONÇALVES, J.L.S.;SIMIONATO, J.L.; ANTIQUEIRA, L.R. & GERES,

W.L. 1994. Revegetação de Áreas Degradadas: Modelos de Consorciação com Alta Diversidade. In: Recuperação de Áreas Degradadas. I Simpósio Sul-Americano e II Simpósio Nacional. *Anais. Foz do Iguaçu (PR)*. p. 123-134.

KLEIN, Roberto M. 1979. *Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí*. Sellowia. Vol 31 e 32. Itajaí (SC).

LEINS, V., Amaral, S. E. Geologia Geral. São Paulo: Ed. Nacional. 1980.

LORENZZI, Harry. 1992. *Arvores Brasileiras. Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil*. Editora Plantarum Ltda. Nova Odessa (SP).

MARTERER, B. T. P. Avifauna do Parque Botânico do Morro do Baú.

MARTINS, Fernando R. 1993. *Estrutura de uma Floresta Mesófila*. 2ª ed. Editora da UNICAMP. Campinas (SP).

ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Interamericana. 1985. 434 p.

PEDRINI, A. de (org.). Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

ROSÁRIO, L.A. do. As Aves em Santa Catarina. FATMA. Florianópolis. 1996.

SILVA, F. Mamíferos Silvestres - Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2. Ed. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 1994.

SILVA, L. L. da. Ecologia: Manejo de Áreas Silvestres. Santa Maria: MMA, FNMA, FATEC, 1996. 352 p.

URBAN, T. Saudade do Matão. Relembrando a História da Conservação da Natureza no Brasil. Curitiba:Ed. UFPR. 1998.

VIANA, M.V. ;TABANEZ, A .A. J. & BATISTA, L. F. 1997. Dynamics and Restoration of Forest Fragments in the Brazilian Atlantic Moist Forest, Chapter 23.In: Laurance, W.F. & Bierregaard Jr., R.(eds.). *Tropical Forest Remnants: Ecology, Management, and Conservation of Fragmented Communities*. University Chicago Press. p. 351-365.

VOOREN, C.M., FERNANDES, A.C. Porto Alegre: Sagra Livraria, Editora e Distribuidora. 1989.

WIEDMANN, S. M.P.. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Congresso Brasileiro de Unidades de Coservação

WIEDMANN, S.M.P.. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Vol. II, Curitiba-PR, 1997.